 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">43300026396</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2054</p>		<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>	


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: AEROMOT - AERONAVES E MOTORES S/A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSN1945796668

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		027	1	ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

PORTO ALEGRE
Local

1 Outubro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5154762 em 03/10/2019 da Empresa AEROMOT - AERONAVES E MOTORES S/A, Nire 43300026396 e protocolo 193962365 - 26/09/2019. Autenticação: 5DF53099C656E25F4759EB5B9E3676B35B0424D. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/396.236-5 e o código de segurança WVq7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/10/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


 CARLOS GONÇALVES
 SECRETÁRIO-GERAL



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/396.236-5	RSN1945796668	26/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.153.036-13	CRISTIANE SILVA CUNHA AGUIAR
058.709.636-56	GUILHERME ROBERTO DA CUNHA



AEROMOT AERONAVES E MOTORES S/A
CNPJ/ME 92.833.110/0001-52
NIRE 43 3 0002639 6

ATA DA 36ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE
FEVEREIRO DE 2019, LAVRADA SOB A FORMA SUMÁRIA, NOS TERMOS DO
ART. 130, §1º, DA LEI 6.404/76.

1) DATA, HORA E LOCAL: Aos 23 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove (23/09/2019), às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Av. Sertório, 1988 – Interior do Aeroporto Salgado Filho, Bairro São João, CEP 91020-000, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

2) PRESENCAS: Presença de acionistas representando a 81,91% do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro Registro de Presença de Acionistas e de acordo com o art. 125 da Lei 6.404/76.

3) CONVOCAÇÃO: Editais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 09/08/2019 pg. 04, 12/08/2019 pg. 04 e 13/08/2019 pg. 04 e no Jornal do Comércio em 09/08/2019 pg. 02, 12/08/2019 pg. 02 e 13/08/2019 pg. 02, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76.

4) MESA: Foram eleitos como membros da mesa diretora dos trabalhos o Sr. GUILHERME ROBERTO DA CUNHA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade expedida pela SSP/RS sob nº 7131437985 e CPF 058.709.636-56, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Av. Ferdinand Kisslinger, nº 200, apto 1202 Torre 1 Bairro Jardim Europa, CEP 91360-054; e (ii) como Vice-Presidente da Sociedade, a Sra. CRISTIANE SILVA CUNHA AGUIAR, brasileira, divorciada, empresária, portadora da cédula de identidade expedida pela SSP/RS sob nº 4138191244 e CPF 038.153.036-13, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS, na Avenida Francisco Petuco, nº 190, apto 802, Bairro Boa Vista, CEP 90520-620, na qualidade de Presidente e Secretária, respectivamente.

5) ORDEM DO DIA: I. Efetivação e Homologação do Aumento do Capital Social da Companhia já deliberado em assembleia anterior ocorrida no dia 18/02/2019 e com publicação do Aviso de Preferência realizado em 08/05/2019, aumento este, no montante de R\$ 6.162.924,00 ((seis milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais), com a emissão de 6.162.924 ((seis milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro) novas ações ordinária, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$ 1,00, estabelecido conforme os critérios do art. 170 da Lei 6.404/76; II. Alteração do endereço da Filial de MG.

6) DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente da Mesa, que solicitou ao Secretário proceder na leitura da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas pela Assembleia, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

I. Aumento de capital: Efetivação e Homologação do Aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada, pelo sócio Guilherme Roberto da Cunha, no valor de R\$ 6.162.924,00 (seis milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais), mediante a emissão de 6.162.924 (seis milhões, cento e sessenta e duas mil, novecentas e vinte e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, com base no art. 170, §1º, II, da Lei 6.404/76, tendo em vista notadamente a combinação entre o valor patrimonial líquido e a perspectiva de rentabilidade futura da Companhia. Visto que após a publicação de



aviso de preferência ocorrida no dia 08/05/2019, nenhum acionista manifestou interesse no exercício do direito de preferência e subscrição de ações ordinárias e de eventuais sobras, considerando as posições acionárias detidas na presente data (independentemente da espécie de ação de que são titulares), alcançado o termo final dos prazos legais, a Diretoria organizou (i) o rateio de eventuais sobras; (ii) a assinatura dos boletins de subscrição, que integralizou o capital social em moeda corrente nacional e alteração do Estatuto Social. Desta forma o novo Capital Social da Companhia será de R\$ 8.530.584,00 (oito milhões quinhentos e trinta mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), totalmente integralizados.

II. Alteração do endereço da Filial de Minas Gerais: A Filial de MG sob CNPJ nº 92.833.110/0004-03 com endereço na Av. Aparecida do Norte nº 10 Bairro Novo Alvorada em Sabará/MG CEP 36.650-200 altera seu endereço para Rua dos Hangares nº 04 Hangar 19 Pátio Norte do Aeroporto da Pampulha em Belo Horizonte/MG CEP: 31.710-410.

III. Consolidação do Estatuto Social: Considerando as deliberações acima, adotadas por Unanimidade, realiza-se a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação constante do ANEXO I à presente Ata.

7) **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, sendo lavrada a presente ata, no Livro Registro de Atas de Assembleias Gerais nº 01 Folha 088, onde, após lida e aprovada, foi assinada por todos presentes.

8) **ASSINATURAS**: Presidente: Guilherme Roberto da Cunha; Secretária: Cristiane Silva Cunha Aguiar. Acionistas Presentes: Guilherme Roberto da Cunha e Cristiane Silva Cunha Aguiar.

A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Porto Alegre, 23 de Agosto de 2019.

Mesa Diretora da Assembleia:

Guilherme Roberto da Cunha
Presidente

Cristiane Silva Cunha Aguiar
Secretária

Acionistas Presentes:

Guilherme Roberto da Cunha

Cristiane Silva Cunha Aguiar



AEROMOT AERONAVES E MOTORES S/A
CNPJ/ME 92.833.110/0001-52
NIRE 43 3 0002639 6

ANEXO I À ATA DA AGE DE 23/08/2019 – ESTATUTO SOCIAL

AEROMOT AERONAVES E MOTORES S.A.

CAPÍTULO I – Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo

Art 1º – Denominação AEROMOT – Aeronaves e Motores S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas, incluindo a Lei 6.404/76, conforme alterada e demais legislação aplicável, para os casos omissos.

Art. 2º – Sede e Foro: A Sociedade tem sede e foro na Avenida Sertório nº 1.988, interior do Aeroporto Internacional Salgado Filho, Bairro São João, CEP 91.020-000, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º – Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Sociedade em qualquer parte do território nacional.

IV. § 2º – A Companhia possui as seguintes filiais: Filial 001, localizada na cidade de São Paulo Av. Olavo Fontoura, 360 – Campo de Marte – Bairro Santana no Município de São Paulo/SP – CEP 02.012-020. Filial 002, localizada na cidade de Belo Horizonte/MG na Rua dos Hangares nº 04 Hangar 19 Pátio Norte do Aeroporto da Pampulha CEP: 31.710-410.

Art. 3º – Objeto Social: A Sociedade tem por objetivo a indústria e o comércio de aeronaves, seus motores, componentes, partes, peças e acessórios, inclusive aviônicos; indústria e comércio de equipamentos aeroespaciais, componentes, partes, peças e acessórios; projetos, desenvolvimento, certificação, fabricação, indústria e comércio de equipamentos para as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), incluindo componentes, partes, peças, acessórios, armamento, e munições; a importação e exportação desses produtos; a prestação de serviços de manutenção, conservação e reparos de aeronaves, equipamentos aeroespaciais e equipamentos militares, seus motores, componentes, partes, peças e acessórios, inclusive aviônicos; trabalhos afins nas áreas de projeto, homologação, fabricação e prestação de serviços pertinentes exceto transporte aéreo de passageiros e/ou cargas; comércio atacadista e varejista de componentes, peças e equipamentos aeronáuticos, incluindo os acima referidos; representações comerciais em geral, podendo, ainda, a critério da Diretoria, participar de outras sociedades de fins mercantis e delas se desvincular livremente; e a exploração do ramo de serviços aéreos fotográficos e serviços aéreos de inspeção em geral.



Art. 4º – Prazo de Duração: A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II – Do Capital Social e das Ações

V. Art. 5º – O capital social é de R\$ 8.530.584,00 (Oito milhões, quinhentos e trinta mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, representado por 6.163.724 (Seis milhões Cento e Sessenta e Três e Setecentos e Vinte e Quatro) de ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.163.324 (Seis milhões Cento e Sessenta e Três e Trezentos e vinte e quatro) de ações ordinárias, nominativas, e 400 (Quatrocentas) de ações preferenciais, nominativas.

§ 1º – Os acionistas da Sociedade terão direito de preferência na Subscrição, conforme a proporção de participação no capital social que possuem na data do respectivo aumento de capital.

§ 2º – Todas as ações deverão ser emitidas sob a forma nominativa.

§ 3º – As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária dará direito ao seu titular a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

§ 4º – As ações preferenciais não gozarão de direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

Art. 6º – As ações se revestirão dos requisitos legais, podendo a sociedade emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, sendo, nesses casos, permitido ao acionista solicitar, e qualquer tempo, a substituição ou o desmembramento dos títulos ou cautelas, sem incorrer em ônus por tais serviços.

§ 1º – Enquanto não totalmente realizadas, as ações terão a forma nominativa, sendo, contudo, a seguir, permitida a conversão das ações preferenciais em ao portador ou a reconversão de uma para outra, podendo a sociedade se ressarcir do custo incorrido com tal serviço.

§ 2º – Os títulos múltiplos ou as cautelas representativas de ações serão assinados por dois Diretores ou um Diretor e um Mandatário, com poderes especiais, admitida a assinatura por chancela mecânica, observadas as prescrições legais.

Art. 7º – Fica autorizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, criar novas classes de ações preferenciais, mesmo que mais favorecidas, ou promover aumento de classes existentes, sem guardar proporção com as demais, observando para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrições nesse direito, o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. Dentro do mesmo limite, os aumentos do número de ações poderão ser feitos em ações de todas as classes ou somente de uma ou mais delas, independentemente de proporcionalidade.



Art. 8º – A instituição de quaisquer ônus, inclusive caução, sobre as ações ordinárias nominativas, obriga a averbação respectiva no Livro Registro de Ações Nominativas.

Art. 9º – Os acionistas têm os direitos e obrigações determinados neste estatuto e na legislação aplicável às sociedades por ações. Importando a posse de ações representativas do capital da sociedade no seu conhecimento e observância.

CAPÍTULO III – Das Assembleias Gerais

Art. 10º – A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter ordinário, anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, sendo permitida a convocação e realização cumulativa desses eventos.

Art. 11º – No que tange à convocação, instalação, quórum, deliberações e competência da Assembleia Geral serão obedecidas às normas deste Estatuto e as previstas na Lei, em função da espécie e objetivo da reunião.

Art. 12º – Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral, observado o disposto no § 1º, item IV, do artigo 126, da Lei 6.404/76.

Art. 13º – Os trabalhos da Assembleias Geral serão dirigidos por uma mesa composta por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

Art. 14º – Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria absoluta de votos.

Art. 15º – As deliberações tomadas em Assembleia Geral obrigam o seu acatamento pelos acionistas presentes e ausentes, resguardados os direitos em Lei.

Art. 16º – Além dos casos previstos em Lei, compete ainda a Assembleia Geral Extraordinária: (I) Alteração do Estatuto Social; (II) Aumento de Capital; (III) Dissolução da Companhia, eleição do liquidante e fixação de sua remuneração e demais providências atinentes, ressalvadas as hipóteses de dissolução obrigatória por força de disposição legal ou contratual; (IV) Aquisição ou alienação de participações (quotas sociais ou ações) em outras empresas ou sua alienação de participações (quotas sociais ou ações) em outras empresas ou sua alienação ou constituição de direitos reais e gravames sobre as mesmas; (V) Incorporação, fusão, cisão e transformação; (VI) Eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria, bem como a fixação de sua remuneração; (VII) Ingressar com pedido de aut falência, recuperação judicial e extrajudicial da Companhia; e (VIII) Determinar a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas.

Parágrafo Único – A convocação da Assembleia Geral será feita através de anúncios publicados pela imprensa, conforme determina a Lei, deles constando



a ordem do dia e a data, hora e local da reunião, podendo a mesma ser dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76.

CAPÍTULO IV – Da Administração

Art. 17º – A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo 02 (dois) e, no máximo 05 (cinco) membros, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos ou dispensados pela Assembleia Geral. Os Diretores estão dispensados de prestar caução pelo exercício de suas funções.

§ 1º – Todos os Diretores terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida sua reeleição.

§ 2º – A Assembleia Geral determinará o montante geral da remuneração anual ou mensal dos Diretores, ficando a distribuição desse montante entre os membros sob a competência da Assembleia Geral.

§ 3º – O prazo de gestão da Diretoria se estende até a eleição e investidura de seus sucessores.

Da Diretoria e Suas Atribuições

Art. 18º – A Diretoria será composta obrigatoriamente de um Presidente e um Vice-Presidente e, caso necessário um Diretor, sem designação específica, cujas atribuições serão estabelecidas pela Diretoria.

§ 1º – Em caso de vacância de um dos membros da Diretoria, uma Assembleia Geral deverá ser convocada a fim de eleger novo Diretor para ocupar o cargo vago. Até a posse do novo Diretor, o Diretor mais idoso deverá acumular as funções do Diretor cujo cargo esteja vago.

§ 2º – A Diretoria não funcionará como órgão colegiado deliberativo. Entretanto, os Diretores poderão se reunir sempre que o Presidente assim julgar necessário.

Art. 19º – Os Diretores, nos limites impostos pela legislação em vigor e por este Estatuto, são investidos dos poderes de gerência e representação da Companhia, de forma a lhes permitir o perfeito exercício de suas funções, em cujo exercício deverão observar as disposições deste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e as normas legais aplicáveis.

Art. 20º – Compete ao Presidente (I) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo – perante qualquer Foro - e fora dele, inclusive perante qualquer autoridade pública ou agências do governo federal, estadual ou municipal; (II) realizar todos os atos necessários para o funcionamento normal da Companhia, tais como a assinatura de documentos, acordos, contratos, instrumentos negociais, propostas comerciais, emissão e endosso de cheques, transferências eletrônicas ou outras autorizações de pagamentos e contratos, sem limitação de valores, e quaisquer outros atos necessários; (III) abrir e movimentar contas bancárias; (IV) outorgar procurações; e (V) presidir reuniões da Diretoria.



Art. 21º – Compete ao Vice-Presidente: (I) Representar a Companhia, na ausência ou impossibilidade do Presidente, como autor ou réu perante qualquer Foro e qualquer autoridade pública ou agências dos governos federal, estadual ou municipal; (II) realizar, na ausência ou impossibilidade do Presidente, todos os atos necessários à normal consecução dos objetivos sociais, podendo, para tanto, assinar documentos, acordos, contratos, instrumentos negociais, emissão e endosso de cheques e quaisquer outros atos necessários, desde que as obrigações por tais atos assumidos não superem o valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais); (III) abrir e operar, na ausência ou impossibilidade do Presidente, contas correntes bancárias; (IV) Outorgar procurações, na ausência ou impossibilidade do Presidente; (V) presidir reuniões da Diretoria na ausência ou impossibilidade do Presidente.

Art. 22º – Para endosso de cheques a serem depositados em conta bancária de titularidade da Sociedade a assinatura de apenas um dos Diretores, ou de apenas um procurador da companhia será necessária.

Art. 23º – Os Diretores e procuradores da Sociedade poderão realizar qualquer doação em nome da Companhia, desde que haja a assinatura de aprovação de pelo menos dois Diretores em conjunto. Fica a Diretoria autorizada a conceder garantias, avais e fianças nos casos que reputar de interesse do objeto social da Companhia.

Art. 24º – As procurações outorgadas pela Sociedade deverão especificar os poderes outorgados e, à exceção das outorgadas para fins judiciais, deverão conter prazo de validade máximo de 3 (três) anos.

CAPÍTULO V – Do Conselho Fiscal

Art. 25º – O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 26º – O Conselho Fiscal com as atribuições previstas em Lei, somente será instado pela Assembleia Geral nos casos previstos no § 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76.

Art. 27º – O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação.

Art. 28º – Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO VI – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados

Art. 29º – O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerram-se no dia 31 de dezembro de cada ano civil, dia em que será levantado o balanço e elaboradas as demonstrações financeiras



correspondentes ao ano social e apurado o resultado do exercício, com observância das disposições legais pertinentes.

§ 1º – A Companhia poderá levantar balanços intermediários em 30 de junho de cada ano e, por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, declarar dividendos à conta dos lucros apurados neste balanço, observado o limite fixado no Estatuto.

§ 2º – Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a Companhia poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo, em períodos menores, e também por decisão da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, efetuar a distribuição de dividendos com base nos resultados neles apurados, observando-se o disposto no § 1º do artigo 204 da Lei 6.404/76.

Art. 30º – Do resultado do exercício, após computados os efeitos inflacionários previstos em Lei, serão deduzidos acumulados, quando existentes, e a provisão para o imposto de renda. Do resultado positivo que remanescer, os Diretores terão direito a uma participação à razão de 10% (dez por cento) ou valor equivalente à remuneração percebida no exercício, prevalecendo o limite que for menor.

Parágrafo Único – Respeitados os limites referidos neste artigo, a participação global dos Diretores será ratificada pela Assembleia Geral, ficando a sua distribuição a critério do órgão.

Art. 31º – Feitas as deduções das parcelas a que alude o artigo anterior, os Diretores proporão à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se obrigatoriamente, as parcelas que seguem pela ordem: a) 5,00% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite previsto em Lei; b) A parcela necessária para a constituição de reserva para contingências e de lucro a realizar, quando as circunstâncias o recomendarem; c) 2,00% (dois por cento) do saldo remanescente, no mínimo, para pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas.

Parágrafo Único – O valor remanescente deverá ser destinado em conformidade com o que for determinado pela Assembleia Geral.

Art. 32º – O dividendo anual não será obrigatório no exercício social em que os Diretores o julgarem incompatível com a situação financeira da Companhia, observado o que dispõe o § 4º do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único – Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, os Diretores não terão direito à percepção da participação nos lucros assegurada no Art. 30º (trigésimo).

Art. 33º – O dividendo anual será pago no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da Assembleia Geral que o declarar ou da reunião da Diretoria, quando por este declarado nas hipóteses previstas no Art. 29º (vigésimo nono).



Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá estender o prazo previsto neste artigo, mas o pagamento do dividendo deverá ser sempre efetuado dentro do exercício social em que for declarado.

CAPÍTULO VII – Da Dissolução e Liquidação

Art. 34º – Dissolvendo-se a sociedade nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, será mantido o Conselho de Administração, que nomeará o liquidante e fixar-lhe-á a remuneração, podendo destituí-lo a qualquer tempo.

CAPÍTULO VIII – Das Disposições Transitórias

Art. 35º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades Anônimas.

* * *

Porto Alegre, 23 de Agosto de 2019.

Guilherme Roberto da Cunha
Presidente

Cristiane Silva Cunha Aguiar
Vice Presidente



AEROMOT AERONAVES E MOTORES S/A
CNPJ/ME 92.833.110/0001-52
NIRE 43 3 0002639 6

ANEXO II À ATA DA AGOE DE 23/08/2019 – BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

No dia 23/08/2019, foi homologado aumento de capital social da companhia, desta forma, a composição do quadro de acionistas da empresa Aeromot Aeronaves e Motores S/A, inscrita no NPJ 92.833.110/0001-52 é:

ACIONISTA	CPF	PARTICIPAÇÃO
GUILHERME ROBERTO DA CUNHA	058.709.636-56	100% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

Porto Alegre, 23 de Agosto de 2019

Guilherme Roberto da Cunha
Presidente

Cristiane Silva Cunha Aguiar
Vice-Presidente





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/396.236-5	RSN1945796668	26/09/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.153.036-13	CRISTIANE SILVA CUNHA AGUIAR
058.709.636-56	GUILHERME ROBERTO DA CUNHA



Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5154762 em 03/10/2019 da Empresa AEROMOT - AERONAVES E MOTORES S/A, Nire 43300026396 e protocolo 193962365 - 26/09/2019. Autenticação: 5DF53099C656E25F4759EB5B9E3676B35B0424D. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/396.236-5 e o código de segurança WVq7. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/10/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 13/15



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AEROMOT - AERONAVES E MOTORES S/A, de nire 4330002639-6 e protocolado sob o número 19/396.236-5 em 26/09/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5154762, em 03/10/2019. O ato foi deferido digitalmente pela TURMA 5 DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
058.709.636-56	GUILHERME ROBERTO DA CUNHA
038.153.036-13	CRISTIANE SILVA CUNHA AGUIAR

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
058.709.636-56	GUILHERME ROBERTO DA CUNHA
038.153.036-13	CRISTIANE SILVA CUNHA AGUIAR

Porto Alegre, Quinta-feira, 03 de Outubro de 2019



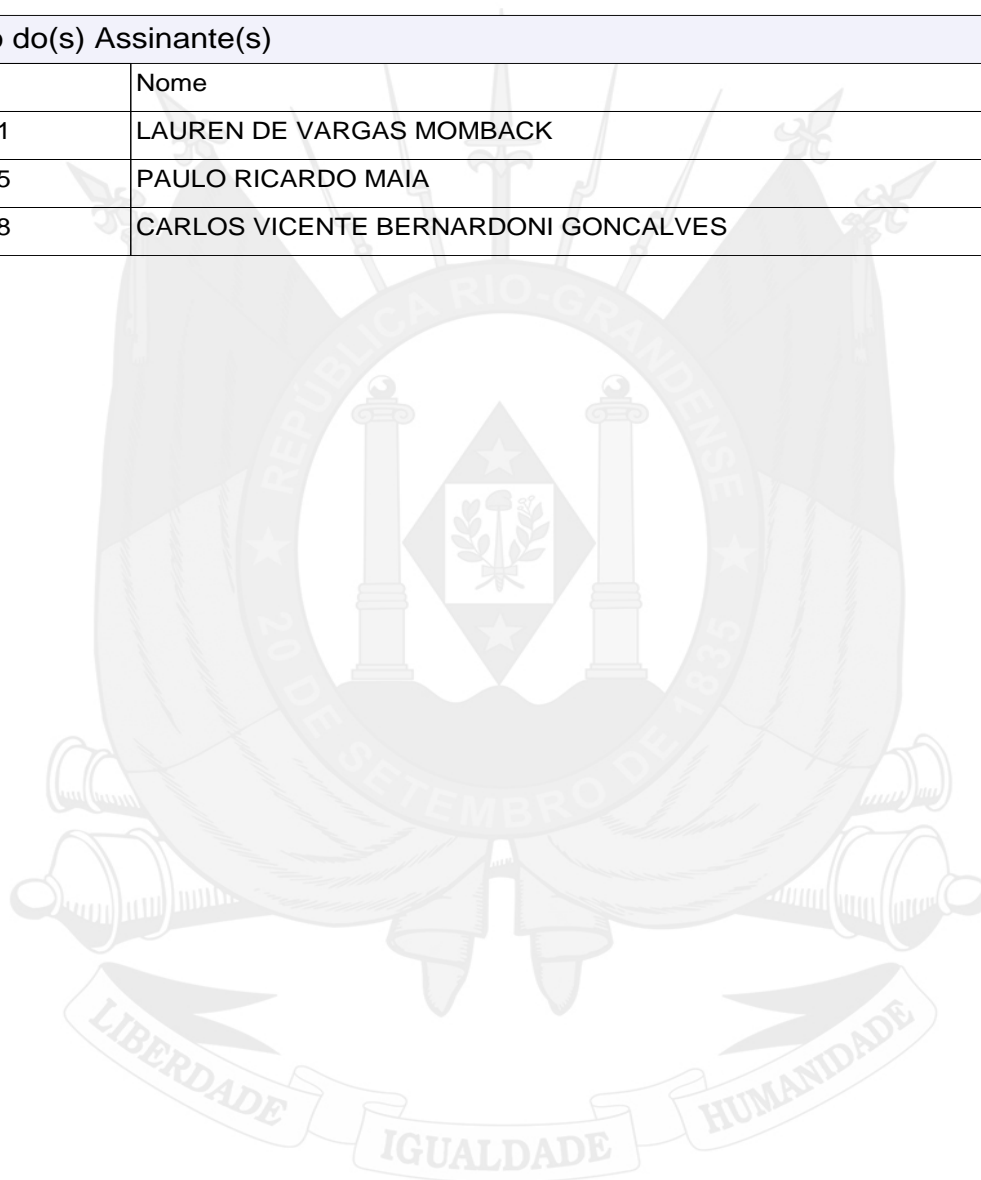


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
922.803.820-91	LAUREN DE VARGAS MOMBACK
316.205.820-15	PAULO RICARDO MAIA
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. Sexta-feira, 04 de Outubro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 5154762 em 03/10/2019 da Empresa AEROMOT - AERONAVES E MOTORES S/A, Nire 43300026396 e protocolo 193962365 - 26/09/2019. Autenticação: 5DF53099C656E25F4759EB5B9E3676B35B0424D. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 19/396.236-5 e o código de segurança WVq7. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/10/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL